

CRÍTICAS AO
LUGAR DE
FALA MANTÉM
INTERDIÇÃO ÀS
NARRATIVAS
DE MULHERES
NEGRAS

[ARTIGO]

Ceres Santos

Universidade do Estado da Bahia

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Neste artigo, recorro às críticas à ideia de lugar de fala – defendida, principalmente, pelo feminismo negro no Brasil – tendo como pano de fundo a negação da mídia hegemônica de expulsar o racismo estrutural da produção de notícias. Nesse contexto, constato que as críticas, em sua maioria limitadas a argumentos identitários ou de silenciamento às avessas, não consideram a histórica ausência de conteúdos raciais nas narrativas divulgadas na grande mídia, anulando, assim, o lugar de fala. Como exemplo, observo o baixo volume de colunistas negros(as) em mídias impressas e digitais, exercendo o lugar de fala e interferindo na opinião pública. Faço uma análise crítica e analítica de como os discursos do feminismo negro e antirracistas são “cancelados” e de como se cria um limite de negociação que não ultrapassa a presença maior de jornalistas negros(as), principalmente nas redes de televisão brasileiras, o que, apesar das barreiras, é uma novidade.

Palavras-chave: Lugar de fala. Racismo estrutural. Mídia. Discursos contra-hegemônicos. Colunistas negros(as).

In this article, I resume the concept of ‘standpoint,’ a notion mainly defended by black feminisms in Brazil, against the persistent denial by the hegemonic media of rejecting structural racism in their news productions. In this context, the criticisms, mostly limited to identity arguments or reverse silencing, disregard the historical absence of racial content in the narratives published in mainstream media, thus nullifying a racial ‘standpoint.’ As an example, I note the low number of black columnists that exercise their standpoint in print and digital media and thus interfere in public opinion. I offer a critical analysis of how the discourses of black and anti-racist feminisms are ‘cancelled’ creating a negotiation threshold that does not exceed the greater presence of black journalists, mainly on Brazilian TV, which is a novelty despite barriers.

Keywords: Standpoint. Structural racism. Media. Counter-hegemonic discourses. Black columnists.

En este artículo, presento las críticas a la idea de “lugar de habla”, defendida principalmente por el feminismo negro en Brasil, en el contexto de la persistente negación de los medios hegemónicos de expulsar el racismo estructural de sus prácticas en la producción de noticias. En este contexto, observo que las críticas, más limitadas a argumentos de identidad o silenciamiento a la inversa, no consideran la ausencia histórica de contenido racial en las narrativas publicadas en los grandes medios, anulando así el “lugar de habla”. A modo de ejemplo, cito el bajo volumen de columnistas negros(as)

en medios impresos y digitales, ejerciendo el “lugar de habla” e interfiriendo en la opinión pública. Hago un análisis crítico y analítico de cómo se “anulan” los discursos del feminismo negro y antirracistas y se crea un límite de negociación que no supera la mayor presencia de periodistas negros(as), principalmente en la televisión brasileña, que es, a pesar de las barreras, una novedad.

Palabras clave: Lugar de habla. Racismo estructural. Medios de comunicación. Discursos contrahegemónicos. Columnistas negros(as).

As recentes críticas sobre a ideia de lugar de fala me inquietam de forma singular. Acredito que esse mal-estar decorre dos estudos desenvolvidos, predominantemente, no Grupo de Pesquisas Rhecados (Hierarquizações Étnico-raciais, Comunicação e Direitos Humanos) e focados, em grande parte, no racismo estrutural e mídia hegemônica, racismo estrutural e feminismo negro, que resultam em dados que apontam para o impedimento das narrativas antirracistas e, em especial, dos discursos do feminismo negro na grande mídia brasileira. Alguns desses estudos foram sobre: a cobertura dos assassinatos de George Floyd e João Alberto Freitas; a análise do discurso da cobertura jornalística feita pelo Jornal Nacional (Globo) no lançamento e o encerramento dessa intervenção militar no Rio de Janeiro; as narrativas sobre a questão racial nos blogs do Vale do São Francisco, nas cidades de Juazeiro/BA e Petrolina/PE; e o discurso dos jornais Diário da Região e A Notícia do Vale, entre outros.

Na verdade, compreendo o lugar de fala como a possibilidade de um grande banquete democrático e popular, em que a diversidade esteja presente e dialogue entre si. Assim, o 'eu' conhece os(as) 'outros(as)' a partir dos conteúdos das minhas narrativas (enunciações), nas quais estamos despidos(as) de preconceitos, estereótipos etc., e vice-versa. É nessa construção dialógica que entendo o lugar de fala como aglutinador de, pelos menos, três movimentos: do corpo, de formulação de conhecimento e da ancestralidade.

O movimento do corpo é aglutinado pela possibilidade de promover a ocupação de espaços físicos ou do campo das ideias,

antes bloqueados para grupos historicamente excluídos, e, também, por ser o primeiro a manifestar as emoções, ao receber o impacto das rejeições por conta do racismo estrutural. Nesse movimento do corpo, Sanches defende o lugar de fala como uma experiência carnal. Para ele, "o sentir na pele a dor da opressão coloca o nosso corpo no centro do debate" (SANCHES, 2020, p. 43).

Quanto ao segundo movimento, a formulação de conhecimento propõe novas epistemologias, o que me leva a pensar que lugar de fala é um convite à reflexão sobre algumas das práticas da modernidade/colonialidade, especialmente os impedimentos ao acesso ao discurso midiático, e que o rompimento dessa lógica eurocêntrica amplia as possibilidades de trocas e conhecimento de novas narrativas.

Por último, o movimento que nos aproxima da ancestralidade, do passado, com outras concepções de mundo, e com a simbologia do pássaro Sankofa.

Então, lugar de fala tem marcações e pressupõe protagonistas, autonomia e identidades. Sendo assim, minha reação às críticas, principalmente alicerçadas em políticas identitárias ou de impedimentos às avessas por grupos que, até então, não eram convidados para o grande banquete, levou-me a revisitar alguns(mas) intelectuais que abordam lugar de fala, como Assis (2019, 2021), Collins (2019), Curriel (2009), Gonzalez (1988), Grosfoguel (2018), hooks (2019), Kilomba (2019) e Spivak (2010).

Para aprofundar esse debate, dividi este artigo em duas partes. Na primeira, apresento conceitos e categorias,

como racismo estrutural, ações antirracistas; mídia e racismo, e análise lugar de fala a partir das reflexões dos(as) autores já citados(as). Na segunda parte, apresento dados que demonstram o silenciamento das narrativas antirracistas na mídia hegemônica, a ausência de profissionais negros(as) nas mídias brasileiras e o entendimento de limite de negociação.

Aquilombando reflexões

Começo ressaltando que o projeto de decolonialidade, com o qual as ideias neste artigo têm aproximação, indica não só a intenção de se transcender à colonialidade e seus ideais, como também entende o racismo de forma diferenciada. Nesse projeto, o racismo é elemento estruturante do colonialismo. Para Villanueva (2017), o projeto de decolonialidade desponta em um horizonte de esperança de restauração da humanidade.

Considerado como um dos principais mentores do projeto decolonial, Quijano (2010) explica que ele está alicerçado em três eixos da colonialidade: poder, ser e saber. Para Quijano (2010, p. 84), colonialidade é “um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista”, sustentada a partir da imposição da classificação racial/étnica. Nessa perspectiva, a luta antirracista implica a negação da colonialidade/modernidade.

Já Grosfoguel (2018) ressalta a possibilidade de visibilidade da produção do conhecimento estabelecido como local

ou periférico, na modernidade. Para ele, o racismo é um “princípio constitutivo que organiza, a partir de dentro, todas as relações de dominação da modernidade, desde a divisão internacional do trabalho até as hierarquias epistêmicas, sexuais, de gênero, religiosas, pedagógicas, médicas” (GROSFOGUEL, 2018, p. 59).

Esse novo lugar de importância do racismo como estruturante se reproduz a partir da sua materialização institucional que, para Almeida (2019), é responsável por práticas hierarquizadas que excluem e acolhem grupos distintos, “não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural” (ALMEIDA, 2019, p. 50). Já Oliveira (2021, p. 65) entende que “o racismo estrutural é conceber o racismo como produto de uma estrutura sócio-histórica de produção e reprodução de riquezas. Portanto, é na base material das sociedades que se devem buscar os fundamentos do racismo estrutural”.

Em uma releitura de Gonzalez (1988), observa-se que a autora, nos anos 1980, abordava o direito à fala em um momento histórico em que o projeto decolonial estava sendo desenhado. Assim, já trilhava uma perspectiva decolonial. Afinal, foi ela quem formulou a proposta de formação de um movimento feminista afro-latino-americano, a amefricanização, com a atuação das mulheres negras e indígenas de dentro e de fora da diáspora. Mas ela queria mais. Desejava que todo o povo latino-americano se associasse a essa ideia, sem perder suas especificidades, culturas e identidades. Inclusive, Curriel (2009) reagiu à falta de aproximação das feministas negras e indígenas latino-americanas, de forma tensa ao pensamento eurocêntrico

ocidental, denunciou a marginalidade da produção das intelectuais negras latino-americanas e sugeriu um ‘latino-americanismo’. O que seria essa proposta, se não um lugar de fala em contraposição às interdições do colonialismo? Mas não se pode deixar de constatar o distanciamento entre essas duas intelectuais negras latino-americanas.

Collins (2019) defende que, na base do feminismo negro, estão as nossas vivências. Aliás, outra crítica ao lugar de fala. Como se a produção do conhecimento não partisse das experiências e observações geradas pelos fenômenos empíricos. Mas Collins (2019) concebe o lugar de fala como um exercício do direito de falarmos de nós, o que, diante de práticas de silenciamento, configura-se como um giro epistemológico. No intuito de promover a inserção das mulheres negras no grande banquete democrático, Collins (2019) as estimula a produzir narrativas que se contrapõem a representações ou estereótipos negativos e propõe a autodefinição e a autoavaliação. Assim, a autodefinição é uma iniciativa que desafia as estruturas que reforçam imagens estereotipadas das mulheres negras. Ou seja, a substituição dessas imagens por outras, mais próximas do real e criadas por essas mulheres, em um processo de definição de si.

Collins é simpática à teoria do ponto de vista, cunhada pela inglesa Dorothy Smith, nos anos 1960. De forma breve, essa teoria prevê a concepção do mundo social a partir do olhar das mulheres sobre os seus cotidianos e experiências. Soma-se a essa ideia a chamada ‘posicionalidade’, que preza valores e visões pessoais, em que gênero, raça, classe e outros aspectos das

identidades indicam posições sociais não fixas. Assim, a produção do conhecimento, pelo olhar da posicionalidade, será fruto dessa noção. Nota-se que essas teorias têm similaridades com o lugar de fala.

Por sua vez, Spivak (2010) tensiona esse debate, falando das violências epistêmicas e dos processos de silenciamento impostos a grupos subalternizados, especialmente às mulheres. Ela acredita que, se as mulheres não são ouvidas, o lugar de fala, por conta das consistentes barreiras sociais, não promove o debate nem a mudança desejada. Spivak (2010) tece críticas ácidas ao papel do intelectual, que respingam em Foucault e Gramsci, por exemplo. Ela entende que o intelectual, quando incorpora o papel de representante de vozes ausentes do banquete democrático da diversidade, torna-se mais um fator de impedimento ao direito de fala de grupos excluídos.

Nesse sentido, Spivak (2010) aprofunda uma crítica a Foucault, que questiona o papel do intelectual como representante dos oprimidos e entende que cabe a ele, o intelectual, criar as condições para que as pessoas das classes populares falem por si sós. Mas sua limitação, para Spivak (2010), foi que ele não questionava o lugar ocupado pelos intelectuais europeus na reprodução da divisão do trabalho.

Kilomba (2019) discorda de Spivak, quando ela conclui, no livro “Pode o subalterno falar?”, que o subalterno não fala por conta do volume dos impedimentos históricos, fragilidade na luta pelo direito à fala, ou por se associar aos grupos dominantes e que impedem a sua fala. Para Kilomba (2019), essas hipóteses denotam um determinismo e aliança da pessoa subalternizada com a

ideologia colonial. O que, para ela, não é a realidade. Inclusive, ela recorre à figura da máscara colocada no rosto da escravizada brasileira Anastácia para simbolizar as interdições, tanto para a alimentação, como para a fala. A máscara, para a autora, é uma prova de uma faceta do colonialismo, mantido há mais de 300 anos e que tem gerado resistências e lutas permanentes.

Hooks (2019) é objetiva ao afirmar que, para uma transformação social, é preciso que se construam espaços para sedimentar a presença de imagens transgressoras. Para ela, não há negociação da agenda midiática, no que diz respeito aos interesses das mulheres negras. Afirma que a estética racista do mercado cultural é fruto do poder que esse segmento tem de representar a população negra, a partir do seu lugar de fala. Por isso, reverter essa realidade significa o impedimento da continuidade da estereotipação, prática típica da branquitude. Na verdade, a branquitude caminha ao longo dos últimos séculos de mãos dadas com o branqueamento, branquidade, mestiçagem e democracia racial, pois são ingredientes fundamentais para a solidez e remodelagem permanente do racismo estrutural. Para Sovik (2002), o estudo da branquitude contribui para a compreensão do racismo brasileiro, tido como “cordial”.

A branquitude brasileira deve ser pensada como uma estética, um ideal, conforme Guerreiro Ramos notou; como lugar do qual se descreve o mundo e se coloca os valores europeus no centro, embora outros possam ocupar os holofotes. A branquitude faz parte de uma ficção, um discurso identitário, pouco explícito e não por isso menos poderoso. É instável

porque é relacional e conjuntural e, como todos os discursos identitários brasileiros, tem um público implícito interno e externo (SOVIK, 2002, p. 11).

Já Frankenberg (2004) compreende branquitude como um expediente que brancos(as) utilizam para a manutenção de privilégios. Assim, o entendimento e superação dessa prática são o principal passo para desnormalizar as relações de poder hierarquizadas pelo racismo na colonialidade/modernidade.

É interessante constatar que falar em lugar de fala e na sua reformulação na atualidade – estou me referindo às feministas negras brasileiras, principalmente – nos leva a mais um exemplo de silenciamento epistêmico. Afinal, o lugar de fala já era defendido pela negra norte-americana Maria Stewart¹, lá pelos anos de 1831 e 1833. Conforme cita Collins (2019, p. 29), Stewart “incentivou as afro-americanas a rejeitar as imagens negativas da condição de mulher negra, tão presentes em seu tempo, assinalando que as opressões de raça, gênero e classe eram as causas fundamentais da pobreza das mulheres negras”.

Um outro apagamento e apropriação, mais recente, no campo da produção do conhecimento, é evidenciado por

1 Maria Stewart (1803 – 1879) nasceu livre, foi trabalhadora doméstica e lutou para se alfabetizar. Atuou como abolicionista, professora, jornalista, conferencista e ativista pelos direitos das mulheres. É considerada a primeira mulher negra a proferir discursos públicos em defesa dos direitos das mulheres e, também, a escrever e publicar um manifesto político. Mais informações em: <https://www.nps.gov/people/maria-w-stewart.htm>. Acesso em: 29 dez. 2023.

Grosfoguel (2018). A criação da proposta de ‘sistema-mundo’ como uma alternativa de rompimento com o conceito de sociedade – que sugere uma cisão com a ideia moderna de sociedade, usada como sinônimo de Estado-nação, fazendo com que a sociedade seja sujeitada a uma autoridade política típica da modernidade/colonialidade – é de Oliver C. Cox (1901-1974).

Cox foi um sociólogo negro, nascido em Trinidad Tobago que publicou vários livros sobre capitalismo e relações raciais. Um deles levou o título “Casta, classe e raça: um estudo em dinâmica social”. No entanto, os louros da teoria ‘sistema-mundo’ foram entregues a Immanuel Maurice Wallerstein, sociólogo branco estadunidense, nascido em 1930, que ganhou notoriedade após publicar artigos sobre questões globais, como temas africanos e pós-coloniais, pela grande mídia norte-americana e europeia e no Fórum Social Mundial.

Interdição ao direito de fala na mídia hegemônica

Essas reflexões, acredito, contribuem para desanuviar nosso foco de análise, que, em certo grau, é constrangedor, pela obviedade, continuidade e necessidade de uma ação mais efetiva, a exemplo da proposta de expulsão programada do racismo estrutural na mídia. Em síntese, a expulsão programada é um mecanismo voltado para a superação do racismo estrutural no jornalismo, já que ele se movimenta como um tentáculo que reforça a sua permanência nas rotinas produtivas e produto

final: as matérias cujos discursos e fontes, por exemplo, aproximam-se da linha editorial de cada mídia.

Enfim, alguns episódios aqueceram o debate sobre a invisibilidade dos(as) profissionais negros(as) na grande mídia brasileira. Aqui, vou citar dois fatos: o canal Globo News apresentou, na noite de 1º de junho de 2020, uma matéria sobre o assassinato cruel de George Floyd, com apoio de uma equipe de seis comentaristas – três mulheres e três homens – todos brancos. O fato gerou um protesto de um assinante², e o ato virou uma grande polêmica nas redes sociais. No outro dia, 2 de junho de 2020, a emissora pediu desculpas e apresentou um programa só com jornalistas negras. O programa foi reprisado no Fantástico de 7 de junho de 2020.

Na mesma noite, a consulesa francesa, Alexandra Loras, criticou o âncora William Waack da CNN – que havia sido demitido da Globo em novembro de 2017 por vazamento, ao vivo, de comentário racista, antes de iniciar uma matéria. Aliás, Oliveira (2021, p. 65) complementa a informação, ressaltando que muitos colegas, alguns considerados progressistas, “saíram em defesa do jornalista”. Loras, que seria entrevistada para falar do assassinato de Floyd, sugeriu à direção da emissora, ao vivo e em cores, que contratasse mais profissionais negros(as) para evitar o mal-estar que ela estava passando.

2 Em 2020 a Globo News alcançou uma audiência de 30 milhões de telespectadores. Dados colhidos em: www.google.com/search?q=total+de+assinantes+da+globo+news&oq=total+de+assinantes+da+globo+news&aqs=chrome..69i57.10817j1j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8. Acesso em: 29 dez. 2023.

[Tabela 1]
Jornais brasileiros e colunistas negros identificados

JORNAIS IMPRESSOS	COLUNISTAS
1 - FOLHA DE S.PAULO (SP)	Flavia Lima (coluna Diversidade, fix)
	Flávia Oliveira
	Cida Bento
	Rosane Borges
	Djamila Ribeiro
2 - O GLOBO (RJ)	Luana Génot (Denegrindo Ela, Caderno Ela)
	Irapuã Santana (coluna quinzenal, advogado)
3 - CORREIO BRAZILIENSE (DF)	Luana Génot (Denegrindo Ela, Caderno Ela)
	Irapuã Santana (coluna quinzenal, advogado)
	Cojira
4 - CORREIO DA BAHIA (BA)	Midiã Noelle Santana
5 - TRIBUNA INDEPENDENTE (AL)	Helciane Angélica (Coluna Axé)
	Valdice Gomes

Esses dois casos são emblemáticos de uma realidade ainda mais embaraçosa, mas ainda assim necessários para o debate e reflexão acerca das críticas ao uso do lugar de fala, principalmente pelo feminismo negro. Acredito que a mídia é um dos campos em que o problema coloca em suspensão tais críticas. Senão, vejamos um levantamento quantitativo sobre o volume de colunas em jornais da grande mídia, impressos e digitais, editados por profissionais negros(as) e que abordam a temática racial, feito a partir de contatos

telefônicos e por WhatsApp, que forneceu um instigante cenário nacional: de um total estimado de 111 jornais no país³, foram identificados cinco com colunistas negros(as): *Folha de S.Paulo* (SP); *O Globo* (RJ); *Correio Braziliense* (DF); *Correio da Bahia* (BA); e *Tribuna Independente* (AL).

³ Disponível em: <https://www.sitesa.com.br/contabil/jornais/index.html>. Acesso em: 29 dez. 2023.

Já uma pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa (Gema), da Universidade do Estado do Rio de

Janeiro (UERJ), em 2016, tendo como objeto os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, evidenciou o seguinte cenário:

[Figura 1]

Distribuição de gênero e raça dos colunistas por jornal



Fonte: Candido; Vieira (2016)

Diante dessa pequena amostra e das críticas ao lugar de fala, parece-me que as opiniões perdem o sentido, fragilizam-se, já que o contexto reafirma exatamente o contrário: a ausência, pelo menos em termos quantitativos, de colunistas negros(as) intercedendo na opinião pública. E o debate provocado pelas feministas negras não aponta para a continuidade de práticas típicas da modernidade/colonialidade que resultam na exclusão e silenciamento das vozes 'subalternizadas'. Novamente, Assis (2019) informa que o lugar de fala não é impeditivo das enunciações diversas, inclusive, das falas hegemônicas.

Note que estou falando de um grupo que representa, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), 53,6% da população do país. E mais: observe que não estou falando do volume de matérias nas mídias hegemônicas do país que abordam a questão racial, tendo

ou não nas suas redações profissionais negros(as). Estou me limitando a analisar o impacto do racismo estrutural na mídia, acionando o botão de alarme, que sinaliza para a gravidade do problema e demonstra a inconsistência das críticas reducionistas que associam lugar de fala a autoritarismos.

Afinal, as trajetórias do Movimento de Mulheres Negras e o Movimento Negro Brasileiro não foram construídas apenas pela identidade. Aliás, a identidade integra uma das pautas da luta antirracista. O programa de ação do Movimento Negro Unificado (MNU), por exemplo, é explícito em afirmar que há a construção de um projeto político de sociedade e que esse projeto deve contar com a maior participação possível de integrantes. Haider (2019), inclusive, chama a atenção para a armadilha que a identidade pode promover: um aprisionamento ao Estado da luta antirracista, não contribuindo para a emancipação.

Oliveira (2021, p. 50) ressalta que “embora ele considere que a identidade pode ter um potencial transformador, o grande problema é quando ela se transforma em uma ‘política identitária’, baseada em uma ‘identidade fixa’, que se fecha em si mesma”.

Haider (2019, p. 37) vislumbra o potencial da identidade em projetos de mudanças sociais, mas entende a política identitária “como a neutralização de movimentos contra a opressão racial. É a ideologia que surgiu para apropriar esse legado emancipatório e colocá-lo a serviço do avanço das elites políticas e econômicas”. A outra crítica, a do silenciamento às avessas, alerta para o risco do autoritarismo e aponta que o uso de lugar de fala é para desautorizar outras falas, logo, uma posse sem fronteiras desse direito não procede. Essa crítica nega, inclusive, o percurso do conceito apresentado nos anos 1830 por Stewart.

Na verdade, essas opiniões fazem apitar, novamente, o sinal de alerta, ensurdecido para uns e inaudível para muitos(as). Afinal, as críticas sinalizam para mais um tipo de epistemicídio que, segundo Souza (2009, p. 9), é dos dispositivos de dominação étnico-racial que nega, de forma radical, a possibilidade de legitimidade de conhecimentos, para além da Europa e dos Estados Unidos, produzidos por grupos subalternizados. Assim, negou-se e nega-se a diversidade epistemológica existente e a produção do conhecimento fica reduzida pelo eurocentrismo.

Apesar de ressaltar as fragilidades das críticas, no entanto, não desconsiderei seu potencial em blindar, ainda mais, as barreiras de negação ao acesso ao discurso midiático das narrativas antirracistas

de mulheres e homens negras(as). Então, há uma nova preocupação: será que as críticas também reafirmam a prática da branquitude? Nesse contexto, concordo com Assis (2021, p. 20), quando afirma: “acredito que a potência do lugar de fala, enquanto ferramenta teórica que se transforma em práticas de vida, está no ato de poder falar e ser escutado de maneira sensível. Caso contrário, apenas falar – falar como quem antes não pôde ser ouvido”.

Negociação avança, mas não ultrapassa a representação visual

É inegável o aumento da presença de jornalistas nos canais abertos da televisão brasileira, o que tem provocado momentos regados de surpresas agradáveis, a exemplo daquele em que o “Jornal Hoje”, em 7 de agosto de 2021, mostrou, em dupla, a âncora Maria Júlia Coutinho e o apresentador/repórter de esportes Thiago Oliveira. Também não é novidade a presença do descontraído Manoel Soares no programa “É de casa”, na mesma emissora. Já não causa espanto ver Joyce Ribeiro como âncora no Jornal da TV Cultura ou Luiz Fara Monteiro, na Record. Hoje, as emissoras da TV aberta do país têm, pelo menos, um(a) repórter negro(a). Mas esse fato não pode ser o limite da luta antirracista.

Cabe ressaltar que, nos canais fechados, a jornalista Flávia Oliveira passou a ser mais requisitada⁴ e, assim,

4 Esse reconhecimento foi posterior ao programa de 1º de junho de 2020, comentado neste artigo.

está sendo reconhecida por sua ação no campo do jornalismo econômico, sem deixar de incluir o feito de certas medidas na maioria da população do país. E outro dado: a estética negra, pelos menos para as mulheres, no uso dos cabelos naturais ou trançados, está sendo aceita na telinha. Inegavelmente, é uma derrota do padrão de beleza eurocêntrico que forçava o alisamento dos cabelos crespos, anulando uma das características do corpo negro, e que interferia na autoestima. Aliás, Santos (2018) destaca o papel político da estética

negra desencadeado pelos movimentos negros, nacional e internacional.

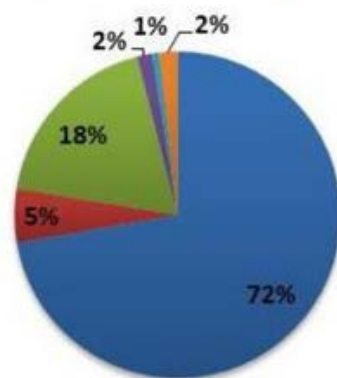
Mas essa aparente normalidade não é assim tão democrática. Uma pesquisa desenvolvida pela Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj), em 2012, com dados de 2.731 profissionais concluiu que, dos(as) jornalistas, 75% eram mulheres e homens brancos. Enquanto a população negra no país supera os 50%, a nossa presença, em 2012, não ultrapassava os 23%.

[Figura 2]

Cor/raça dos jornalistas brasileiros em 2012

Jornalistas brasileiros por cor/raça (2012)

■ Branca ■ Preta ■ Parda ■ Amarela ■ Indígena ■ Outra. Qual?



Fonte: Pesquisa "Perfil profissional do jornalismo brasileiro – Etapa 1"



Fonte: Fenaj (2012)

No entanto, precisamos ficar atentos(as) para não limitar o enfrentamento ao racismo estrutural à maior visibilidade de profissionais negros(as) na mídia hegemônica brasileira. Por estar amalgamado na base das práticas excludentes da modernidade/colonialidade, o racismo

também se manifesta nas rotinas produtivas do jornalismo, na escolha das pautas e das fontes, o que resulta em uma forma agressiva de rejeição das narrativas negras na mídia, negando sua expressão, fora da lógica da hierarquização, e acesso ao discurso midiático. Nota-se que o lugar de

fala procura romper com as práticas do jornalismo hegemônico brasileiro e torna urgente a prática da proposta de expulsão programada do racismo estrutural na mídia.

Afinal, o Brasil já tem, pelo menos, dois marcos: o Estatuto da Igualdade Racial (2010) que, no capítulo IV, lista ações antirracistas para os mídias; e o documento final da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (2009), que propõe intervenções focadas na democratização da comunicação. Afora isso, essa expulsão, que abarca o lugar de fala e tem um recorte de pioneirismo, já é uma contribuição inovadora de enfrentamento da crise do jornalismo brasileiro que não inclui essa iniciativa nas opções de superação desse momento. Christofolletti (2019) não cita essa proposição para superação dessa crise, mas apresenta uma série de alternativas, as quais passam por mudanças nas relações entre as empresas e leitores(as), para além da relação comercial de produtor e consumidor de material jornalístico.

Considerações finais

Neste artigo, revisito, de forma crítica e analítica, tendo como pano de fundo a mídia hegemônica brasileira, as ressalvas ao conceito de lugar de fala, usado com mais insistência pelas mulheres negras brasileiras na construção do feminismo negro. É nessa releitura que lugar de fala se sobressai como reafirmação de um rompimento com a lógica da modernidade/colonialidade.

Neste estudo, reencontro o jornalismo hegemônico brasileiro, operando como um

dos tentáculos do racismo estrutural, o que me leva a entender o lugar de fala constituído, pelo menos, por três dimensões: a do corpo e das emoções impulsionadas pelas rejeições; a das novas epistemologias e a da ancestralidade. Assim, revi o conteúdo das críticas ao conceito e, mesmo que as considere frágeis, não subestimo o seu potencial devastador em promover o epistemicídio. Esse, fruto do apego a privilégios, como da branquitude. Na verdade, as críticas procuram encapsular o lugar de fala e considerá-lo autoritário.

Quando associamos lugar de fala com o modelo de jornalismo brasileiro, constato que a mídia hegemônica, apesar de viver uma crise de mercado, de credibilidade, de audiência, do impacto das redes digitais etc., registra uma maior visibilidade de profissionais negros(as), pelo menos, nos canais abertos do país. Mas a luta antirracista não se encerra aí. Precisamos alterar o *modus operandi* da produção da notícia. Precisamos ouvir os(as) especialistas negros(as) como fontes nas matérias, de pautas permanentes com temas que envolvem o racismo, por exemplo. Por último, os dados e reflexões apresentados neste artigo reafirmam a urgência da adoção da proposta de expulsão programada do racismo estrutural da mídia, como mecanismo viável para a democratização do jornalismo brasileiro, colocando em prática as proposições adormecidas. O grande banquete da diversidade precisa se materializar. ■

[CERES SANTOS]

Ativista dos movimentos Negro e de Mulheres Negras; Jornalista doutora em Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), Mestre pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb), docente no curso de Jornalismo em Múltiplos Meios da Uneb, campus Juazeiro/BA e integrante do Grupo de Estudos do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (Celacc) e coordenadora do Grupo de pesquisas Rhecados (Hierarquizações étnico-raciais, Comunicação e Direitos Humanos).
E-mail: ceresantos3@gmail.com

Referências

ALMEIDA, Sílvio. **Racismo estrutural**. 1a ed. São Paulo: Jandaíra, 2019.

ASSIS, Dayane Nayara Conceição de. **Interseccionalidades**. Salvador: Superintendência de Educação a Distância, 2019. E-book. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/30892/1/eBook%20-%20Interseccionalidades.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2024.

ASSIS, Dayane Nayara Conceição de. E se eu falar, você me escuta? In: ASSIS, Dayane Nayara Conceição de; GILMARO, Nogueira; TRÓI, Marcelo de (org.) **Lugar de fala: conexões, aproximações e diferenças**. 1a ed. Simões Filho: Devires, 2021. p. 15-20.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **A crise do jornalismo tem solução?** São Paulo: Editora Estação das Letras e Cores, 2019. (Coleção Interrogações).

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1a ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CURIEL, Ochy. Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde America Latina y el Caribe. In: COLOQUIO LATINOAMERICANO SOBRE PRAXIS Y PENSAMIENTO FEMINISTA. 1., 2009, Buenos Aires. **Anais** [...]. Buenos Aires: Igarss, 2009.

FENAJ – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Quem é o jornalista brasileiro?** Perfil da profissão no Brasil. Brasília, DF: 2012. Disponível em: <https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2023.

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não-marcada. In: WARE, Vron (org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2004. p. 307-338.

CANDIDO, Marcia Rangel; VIEIRA, Lidiane. **Negros nos jornais brasileiros**. GEMAA, GRUPO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES DE AÇÃO AFIRMATIVA, Rio de Janeiro, jun. 2020. Disponível: <http://gemaa.iesp.uerj.br/infografico/negros-nos-jornais-brasileiros/>. Acesso em: 29 ago. 2021.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, jan/jun 1988, p. 69-82.

GROSGOUEL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentaliza. In: COSTA, Joaze Bernardino; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Coleção Cultura Negra e Identidades. São Paulo: Autêntica, 2018. p. 55-77.

HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade**. Raça e classe nos dias de hoje. São Paulo: Veneta, 2019.

HOOKS, bell. **Olhares negros**: raça e representação. 1a ed. São Paulo: Elefante, 2019. p. 31-63.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tabela 6403 - população, por cor ou raça. 2021**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403#resultado>. Acesso em: 29 ago 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. 1a ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

OLIVEIRA, Dennis. **Racismo estrutural**. uma perspectiva histórico-crítica. 1a ed. São Paulo: Dandara, 2021.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do sul**. 1a ed. 4a imp. São Paulo: Cortez, 2010. p. 73-118.

SANCHES, Júlio César. O lugar de fala é uma experiência carnal. In: ASSIS, Dayane Nayara Conceição de; GILMARO, Nogueira; TRÓI, Marcelo de (org.). **Lugar de fala**: conexões, aproximações e diferenças. Simões Filho: Devires, 2020. p. 43-47.

SANTOS, Boaventura de Souza, MENESES, Maria de Paula (org). **Epistemologias do sul**. Lisboa: Almedina, 2009.

SANTOS, Carmen Marilú Silva dos. **Tranças nagô**: penteados que reforçam o discurso identitário de negros/as gaúchos/as. Trabalho de Conclusão de Curso - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SOVIK, Liv. A branquitude e o estudo da mídia brasileira: algumas anotações a partir de Guerreiro Ramos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 25., 2002, Salvador. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2002.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TEIXEIRA, Analba Brazão; SILVA, Ariana Mara da; FIGUEIREDO, Ângela. **Um diálogo decolonial na colonial cidade de Cachoeira/BA**: Entrevista com Ochy Curriel. Cadernos de Gênero e Diversidade, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 106-120, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/24674>. Acesso em: 13 ago. 2021.

VILLANUEVA, Erick R. Torrico. La rehumanización, sentido último de la decolonización comunicacional. **Revista Aportes de la Comunicación y la Cultura**, Santa Cruz de la Sierra, n. 23, p. 31-38, 2017.